CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1133/82

INTERESSADO: MARVIN RUDY GANDARILAS ACEVEY

ASSUNTO : Dispensa de exames especiais exigidos pelo Parecer
DRECAP-3 Nº 274/79

RELATOR : Conselheiro BAHIJ AMIN AUR

PARECER CEE Nº 2149/82 - CEPG - Aprovado em 22/12/82.

1. HISTÓRICO

1.1 MARVIN RUDY GANDARILLAS ACEVEY, representado por seu responsável, dirige-se diretamente a este Conselho, solicitando, "com base no Parecer CEE nº 1166/79 e no Artigo 7º da Deliberação CEE nº 17/80, dispensa da realização dos exames especiais exigidos pelo Parecer DRECAP-3 nº 274/79, conforme benefício já conhecido por esse Órgão, em casos semelhantes".

Esclarece, também, que cursou o 2º grau no Colégio Metropolitano "São Paulo" e que não prestou os exames especiais por ter entregue o Parecer DRECAP-3 na escola e não ter entendido e nem ter sido informado naquela época que deveria cumprir essa exigência.

2. APRECIÇÃO

2.1 O Parecer DRECAP-3 nº 274/79 apreciou a vida escolar de Marvin Rudy Gandarillas Acevey e concluiu que seus estudos, com oito séries, realizados no Instituto "Americano" em Cochabamba, Bolívia, poderiam ser considerados equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, em nível de conclusão da 8ª série do ensino de 1º grau, devendo, contudo, o interessado submeter-se a exames especiais de: Língua Portuguesa, História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral e cívica e Organização Social e Política do Brasil, na EEPSG "Carlos Maximiliano Pereira dos Santos", Vila Madalena, Capital.

2.2 No mesmo ano, ou seja, 1979, o interessado matriculou-se na 1ª série da habilitação de 2º grau de Auxiliar de Patologia Clínica no Colégio Metropolitano "São Paulo" e, em 1981, concluiu a 3ª série do referido curso. Nesses três anos estudou, com aproveitamento, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira,

Técnica e Metodologia de Redação, História, Geografia, Educação Moral e cívica e Organização Social e Política do Brasil.

- 2.3 Reconhecemos que o estudo dessas disciplinas, realizado pelo interessado nas séries do 2º grau, não atende a uma exigência que se referia ao ensino de 1º grau. Reconhece-se, entretanto, que o estudo, com aprovação nessas disciplinas, em grau de ensino mais adiantado, demonstra que o aluno superou as deficiências relativas às disciplinas brasileiras.
- 2.4 No presente caso, a irregularidade apresentada é de inteira responsabilidade do Colégio Metropolitano "São Paulo" que, ao receber o parecer de equivalência emitido pela DRECAP-3, não observou a exigência preliminar de exames especiais de aluno estrangeiro que, devido ao pouco tempo que residia em nosso País, não entendeu e nem foi bem informado na época sobre o que deveria fazer, desconhecidas que lhe eram as leis brasileiras, conforme declara em sua petição.
- 2.5 Este Conselho, em casos análogos, tem declarado a equivalência de estudos, realizados no exterior, aos do sistema brasileiro de ensino, sem qualquer exigência de exames especiais das disciplinas brasileiras. É o caso do parecer CEE nº 1166/79, do Cons. Pe. Lionel Corbeil, mencionado na petição do interessado.
- 2.6 Em outro caso semelhante (Parecer CEE nº 140/81), o Conselheiro Salles da Silva concluiu da mesma forma que o Pe. Corbeil, citando o Parecer CEE nº 1166/79 : "trata de caso idêntico: dispensa de exames especiais para concluintes da 8a. série do 1º grau no exterior. Após tecer considerações a respeito do assunto, que foi motivo dos Pareceres CFE nºs 3467/75 e 3292/76, diz o eminente Relator: "2.5 - De qualquer maneira, uma declaração de equivalência, em nível de conclusão da 8a. série, significa a conclusão do 1º grau, tanto quanto o

certificado de conclusão do 1º grau trazido do exterior. Ou há equivalência de conclusão ou não há. Se há, não vemos por que exigir exames especiais de disciplinas que serão estudadas durante três anos, no 2º grau. Mister se faz, sim, que o aluno seja submetido a processo de adaptação, particularmente, em Língua Portuguesa, quando se trata de estrangeiro. Este processo poderá ser iniciado, segundo as circunstâncias, antes da matrícula e ter prosseguimento, durante o próprio curso".

2.7 Cita, ainda, o Conselheiro Salles da Silva, em seu parecer, o Art. 7º da Deliberação CEE nº 17/80, que diz: "O reconhecimento da equivalência de estudos aos de conclusão do 1º grau, em nosso sistema de ensino, proferido em consonância com a presente Deliberação, dispensa o aluno do cumprimento das demais exigências". (grifo nosso).

2.8 Sendo assim, concordamos com o parecer DRECAP-3 nº 274/79 quando diz que os estudos realizados pelo interessado são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, em nível da conclusão da 8a. série do ensino de 1º grau, com direito a prosseguimento de estudos na 1a. série do 2º grau, mas, sem qualquer exigência de exames especiais.

3. CONCLUSÃO

3.1 Dispensa-se Marvin Rudy Gandarillas Acevey, com estudos reconhecidos como equivalentes à conclusão do ensino de 1º grau, da prestação dos exames especiais fixados pelo Parecer DRECAP-3 nº 274/79.

3.2 Envie-se cópia do presente Parecer à Secretaria de Estado da Educação para conhecimento desta orientação.

São Paulo, 01 de dezembro de 1982.

a) Conselheiro BAHIJ AMIN AUR

Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Bahij Amin Aur, Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva e Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 01 de dezembro de 1982.

a) Cons. JOAQUIM PEDRO V. DE SOUZA CAMPOS
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de dezembro de 1982

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente